



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/86

Leão, Márcio Almeida, Péricles Pacheco, Ezequias
Losso, Basílio Zarusso, Francisco Escorsin e
Edmar Luiz Costa.

Artigo único. O "caput" do artigo 11 da Constituição Estadual, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - Não perde o mandato o Deputado investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou ocupe cargo em comissão, a nível diretivo, na esfera federal ou estadual ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares."

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder do PFL

Apoiamento: Ailton Cordeiro, Antônio Belinati, Sérgio Spada, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Mário Pereira, Djalma de Almeida César, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado, Sabino Campos, Edgard Pimentel, Werner Wanderer, Ivan Gubert, Artagão de Mattos

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração da Constituição de nosso Estado visa adaptar o texto legal à nova realidade política do País com implicações no ordenamento jurídico.

Assim sendo, desde o momento que o prefeito da Capital é eleito pelo povo, não pode um deputado acumular os dois cargos. A prática mostra o exemplo, inclusive no Paraná.

Por outro lado, não parece justo que um Deputado não possa exercer cargo comissionado, a convite do Executivo, sem renunciar o mandato. O que vemos, na realidade, são organismos ligados ao Governo, com muito mais presença e condições de realização do bem público do que Ministérios e Secretarias.

Além disto existe a preocupação de equiparar neste caso o Deputado Estadual ao Federal, uma vez que este já tem assegurado tal direito. A realidade política, novamente, nos tem mostrado na prática o exemplo.